

ENTRE GREVE E PANDEMIA: um desenho e a moldura do quadro muito negro da educação pública em Mato Grosso entre 2019 e /2021.

Autor: Bruno Richard Inêz)
SEDUC-MT
Rondonópolis – Brasil
brunorichard1@live.com

Autor: Flávia de Araújo Dias
SEDUC-MT
Rondonópolis – Brasil
fla-via21@hotmail.com

Autor: Me. Rubens Gomes
Lacerda
SEDUC-MT
Rondonópolis – Brasil
rubenshistoria@hotmail.co

RESUMO

O texto/pesquisa em tela busca desenhar – a partir de pinceladas pontuais – a dura realidade enfrentada durante a extensa greve de 2019 e, ainda, perante a vigência atípica da pandemia de Covid-19, de uma classe de alunos do 1º ciclo da E.E. Sebastiana Rodrigues de Souza, tendo sempre em mente a preocupação de configurar este desenho insólito no quadro mais geral da problemática educacional da rede estadual de Mato Grosso; o principal referência teórico/metodológico da pesquisa está associando ao instigante artigo: “A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente”, sobretudo, no seu segundo eixo temático: “A docência levada à exaustão” (LOCKMANN; SARAIVA; TRAVERSINI. 2020, bem como da análise de excertos de jornais e, principalmente, da legislação educacional estadual e federal, para configurar o particular e o geral no quadro muito negro da educação pública no Estado de Mato Grosso; o resultado da pesquisa, infelizmente, demonstrou uma acentuada defasagem de aprendizagem no primeiro ciclo do Ensino Fundamental e uma significativa evasão escolar.

Palavras-chave: Greve, Pandemia, Consequências.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho apresenta o impacto que as políticas públicas, ou ausência do cumprimento das mesmas, trouxeram na educação de crianças de uma escola – E. E. Sebastiana Rodrigues de Souza – pública na rede estadual de Mato Grosso, descrevendo os empecilhos nas trajetórias de ensino desde 2019, perpassando desde a mais longa greve da educação no estado até a crise sanitária que perdura em 2021.

Com intuito de analisar as consequências no desenvolvimento pedagógico, através do estudo de caso em uma escola pública periférica no Mato Grosso, relatou-se como os percursos políticos e legislativos afetaram os escolares do terceiro ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais desde seu ingresso na educação em 2019.

O desfecho nos apresenta que o acesso as aulas destes estudantes foi severamente prejudicado pela não valorização dos servidores da educação e, a não observância, das legislações e falta de seriedade em lidar com a crise sanitária.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referência teórico/metodológico da pesquisa está associando ao instigante artigo:” A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente”, sobretudo, no seu segundo eixo temático: “A docência levada à exaustão” (LOCKMANN; SARAIVA; TRAVERSINI. 2020, bem como da análise da legislação educacional estadual e federal, para configurar o particular e o geral no quadro negro da educação estadual em Mato Grosso.

Em 2019 com o descumprimento da lei 510/2013 e do não pagamento da revisão geral anual (RGA) pelo governador Mauro Mendes (DEM), os educadores decretaram em maio greve deixando as escolas 75 dias sem atendimento, caracterizando a paralisação mais longa da educação no estado. Com o fim da paralisação, o retorno às aulas deu-se em agosto com um calendário de reposições repleto de sábados letivos com vigência até fevereiro de 2020 (AMARAL, 2019).

Em 2020, a rede estadual de educação e, mais particularmente, a E. E. Sebastiana Rodrigues de Souza, que é o objeto em tela desta pesquisa, deparou-se com a suspensão das aulas a partir de 16 de março, devido ao anúncio da pandemia de Covid-19. A regularização do ensino remoto normalizou-se em julho com início letivo em 03 de agosto e término em 18 de dezembro do mesmo ano (MATO GROSSO, 2020, p. 6).

Com problemas relacionados à conexão de internet, 2020 apresentou uma evasão escolar que correspondeu a cerca de 76 mil estudantes no estado (G1 MT, 2021), sendo que até 2018, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 21,5% da população de Mato Grosso ainda não tinha acesso à internet em casa, sobretudo, nas escolas públicas (IBGE, 2018).

Em paralelo a isso, o discurso negacionista aliado a rejeição da ciência nos métodos de controle do covid-19 (CHAIB; MACHADO, 2021) e a recusa de 70 milhões de doses da vacina da Pfizer em 2020 pelo Governo Federal (VIEIRA, 2021a), auxiliaram na segunda onda da doença em 2021. Consequentemente, o cenário sanitário piorou,

causando colapso no sistema de saúde logo no início do ano (G1 MT, 2021b), não permitindo assim o atendimento presencial dos estudantes.

METODOLOGIA

Estudou-se uma classe de alunos que cursam o 3º ano do ensino fundamental na cidade de Rondonópolis-MT em 2021 na E.E Sebastiana Rodrigues de Souza; desde seu ingresso escolar em 2019, atribuições influenciaram negativamente seu correto andamento escolar. Para essa breve descrição, destacou-se eventos políticos e legislativos de 2019 a 2021, que prejudicaram o acesso às aulas destes estudantes; assim, por meio do estudo de caso e, através de entrevistas com docentes, subsidiou-se essa discussão, como também no cotejamento e análise de excertos de jornais relacionados a educação em Mato Grosso nos últimos 3 (três) anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em segmento ao exposto, apresentam-se os principais fatos de 2019 a 2021 de forma sintetizada a partir da visão pedagógica docente acerca do desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Inicia-se apresentando a quantidade de alunos na turma e o descumprimento da legislação em relação aos alunos com deficiência.

QUANTIDADE DE ALUNOS NA SALA

A partir da entrevista/docente, apresenta-se a quantidade de estudantes por sala desde 2019 da seguinte maneira: 26 discentes comporam a turma de 1º ano em 2019, sendo 1 desses laudado como Pessoa Com Deficiência – PCD, já em 2020, a formação da turma deu-se com 28 estudantes, sendo 4 deficientes, o número de discente não se alterou em 2021, diminuindo apenas a quantidade de alunos especiais para 2.

Perante a Portaria nº 363/2017/GS/SEDUC/MT, a unidade escolar não aplicou/seguiu a legislação estadual por 3 anos consecutivos, sendo que desde 2019 o número de estudantes matriculados variou de 26 a 28. Afinal, o Art. 8º da legislação em

tela, determina que: no 1º Ciclo do Ensino Fundamental (1º ao 3º ano) as turmas devem ter no máximo 25 alunos.

Como desde 2019 esse grupo incluía estudantes PCD, faz-se necessário a observância da Resolução Normativa 001/2012 -CEE/MT, na qual fica determinado, que, em classes de inclusão, o número de alunos não poderá ultrapassar 20 (vinte) no total, inclusive, detendo no máximo 2 estudantes especiais. Visto isso, a turma de 2019 possuía 6 alunos excedentes, enquanto que em 2020, apresentava 8 alunos a mais extrapolando assim em 2 (dois) o número máximo de PCD.

A razão de se limitar a quantidade de alunos por sala ocorre para melhorar o atendimento docente frente às especificidades dos estudantes. Quando isto não ocorre, a qualidade do ensino e a aprendizagem se veem comprometidas.

EDUCAÇÃO EM GREVE

Com o fim da greve, tornou-se necessário a readequação do calendário letivo para contemplar as reposições de aulas, contudo, não se permitiu a participação da comunidade escolar na construção desse calendário, sendo algo imposto pela Secretaria de Estado de Educação– SEDUC, assim, não contemplando as particularidades escolares de seus estudantes.

A docente que acompanhou a trajetória das paralisações com a turma relatou que esse hiato no atendimento escolar prejudicou o desenvolvimento escolar dos estudantes, uma vez que a linha laboral foi interrompida, a profissional teve que retomar do início o trabalho pedagógico, logo, seu planejamento anual tornou-se inaplicável pela baixa assiduidade dos estudantes nas reposições aos sábados, principalmente, nos meses de janeiro e fevereiro, o que impediu o avanço e concretização das competências e habilidades formais de ensino relativas ao 1º ciclo do Ensino Fundamental.

Salienta-se ainda que os estudantes dependentes do transporte rural foram impossibilitados de participar das reposições de aulas, uma vez que o mesmo é subsidiado pelo município e não funcionou em consonância ao calendário de reposições da rede municipal. Aqui também incluímos os estudantes residentes em casas de acolhimentos e orfanatos.

A baixa frequência dos estudantes às reposições, além do já citado, deu-se por motivos variados, tais como: religião, indisposição ou indisponibilidade dos responsáveis em levar os estudantes para as aulas, por férias programadas em janeiro e fevereiro.

EDUCAÇÃO EM PANDEMIA

Após as reposições de aulas, em fevereiro de 2020 concluiu-se o 1º ano do Ensino Fundamental, ocorrendo para o 2º ano a troca de professora, sendo que esta nova docente viria a acompanhar os estudantes até 2021.

No ano da pandemia, a classe pesquisada contou com pouco mais de quatro meses de aulas remotas, trazendo à tona problemas socioeconômicos dos estudantes em acesso às aulas virtuais, tais como privação de: smartphones, computadores e internet. A ausência de responsáveis e/ou comprometimento dos mesmos para tutorar a aprendizagem com apostilas impressas dos alunos desassistidos de internet também foi um fator que interferiu no aprendizado, no caso dos estudantes de zona rural, além da ausência de internet para estudos, eles também não conseguiam buscar o material apostilado.

Visto isso, dos 28 estudantes de 2020 apenas 5 detinham condições de acesso às aulas na plataforma virtual de aprendizagem diariamente, sendo que os demais eram acolhidos por apostilas impressas. Essa realidade infelizmente não se restringiu aos estudantes pesquisados, a SEDUC realizou um diagnóstico no estado revelando que 45% dos estudantes da rede pública não possuíam acesso à internet. (ALVES; OLIVEIRA, 2021)

Neste contexto, enquanto a Constituição Federal prega igualdade de condições de acesso e permanência na escola, a prática de ensino demonstra o oposto, menos de 18% da classe detinham meios de acesso às aulas, sendo o direito público subjetivo à educação disposto na legislação inaplicável no ensino remoto (BRASIL, 1988).

Em 2021 com a permanência da pandemia o 3º ano escolar dos alunos permaneceu nos moldes do ano anterior, apresentando inclusive as mesmas disparidades de acesso às aulas. Um sistema de atendimento presencial foi instituído no início do ano, chamado de *plantão tira dúvidas*, que, possuía a função de atender presencialmente até 5 alunos por dia, por no máximo 30 minutos, para esclarecer dúvidas pedagógicas, contudo, com o recorde de novos casos de covid-19 no estado e com quase 100% de ocupação dos leitos

de UTIs (G1 MT, 2021b). Assim, esta medida tornou-se inaplicável até a finalização desta pesquisa que ocorreu em maio.

Nessa situação, de agosto de 2020 a maio de 2021, contabilizaram-se oito meses letivos de educação remota em que nem 20% da turma participa de forma ativa das aulas. Os resultados de acompanhamento pedagógico docente apresentam uma defasagem escolar generalizada das habilidades e competências básicas nestes estudantes desde 2019 em comparação a alunos de 1º ciclo de anos não atípicos como estes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante a descrição dos fatos podemos observar que os jogos políticos apresentam fortes influências sobre o acesso e permanência dos alunos na escola, bem como interferem indiretamente no desenvolvimento acadêmico do alunado. Observa-se que o não cumprimento da legislação vigente tornou-se responsável pela greve de 2019 e, conseqüentemente, a baixa adesão na reposição de aulas. A negação da ciência e ausência de política sanitária da federação manifestou todo o efeito negativo do não controle da pandemia, assim, desamparando milhares de estudantes. Pandemia a parte, a inobservância da legislação de alunos especiais, também dificulta seu pleno desenvolvimento, pois, uma administração educacional que não contempla as particularidades e problemáticas socioeconômicas da população, torna-se ineficaz, sobretudo, porque pode provocar evasão escolar.

REFERÊNCIAS

AGER/MT. **Resolução Normativa** 001/2012 -CEE/MT, de 20 de setembro de 2012. Cuiabá, 2012.

ALVES, Cátia. OLIVEIRA, Jefferson. 45% dos estudantes da rede pública não têm internet em casa. **Estadão Mato Grosso**. Cuiabá, 31, jan. 2021. Disponível em: <https://corta.ai/u3vA>. Acesso em: 20, abr. 2021.

AMARAL, Thalyta. Em 2019, servidores fazem a maior greve da educação de MT. **Gazeta Digital**. Cuiabá, 25, dez. 2019. Disponível em: <https://corta.ai/YRQh>. Acesso em: 05. mai. 2021.

CHAIB, Julia. MACHADO, Renato. CPI levanta mais de 200 falas negacionistas de Bolsonaro. **Valor**. 01, maio. 2021. Disponível em: <https://ctt.pw/cOGM>. Acesso em: 05. abr. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

G1 MT. Cerca de 76 mil alunos da rede estadual de MT desistiram dos estudos em 2020. **G1.globo.com**. 27, jan. 2021. Disponível em: <https://ctt.pw/nLN3>. Acesso em 05, maio. 2021a.

G1 MT. Covid-19: MT bate recorde com mais de 3,4 mil novos casos em 24 horas. **G1.globo.com**. 18, mar. 2021. Disponível em: <https://ctt.pw/rJ7F>. Acesso em 20, abr. 2021b.

LOCKMANN, K; SARAIVA, K; TRAVERSINI, C. **A educação em tempos de COVID-19**: ensino remoto e exaustão docente. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2016289, p. 1-24, 2020 Disponível em :09/07/2021

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Plano Estratégico II** - Diretrizes para a volta às aulas. Cuiabá: SEDUC. 2020.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - 2018 (PNADC). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://ctt.pw/4Cf6>. Acesso em 02, mai. 2020.

SEDUC-MT. **Portaria** nº 363/2017/GS/SEDUC/MT, 18 de outubro de 2017. Cuiabá, 2017.

VIEIRA, Sérgio. Por que faltam vacinas para o Brasil?. **Isto é Dinheiro**. 12, mar. 2021. Disponível em: <https://ctt.pw/hpRk>. Acesso em 30, abr. 2021.